

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO - 3º QUADRIMESTRE DE 2025

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Valores em Milhares (R\$)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	jan/2025	fev/2025	mar/2025	abr/2025	mai/2025	jun/2025	jul/2025	ago/2025	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.583.437	9.184.851	9.060.963	9.113.528	9.916.915	10.058.917	9.666.328	10.146.085	10.227.181	9.966.150	10.170.504	18.660.032	124.754.890	29.860
Pessoal Ativo	4.610.756	5.048.509	4.979.441	5.018.074	5.749.735	5.831.884	5.282.915	5.739.431	5.871.025	5.633.451	5.788.956	12.149.859	71.704.036	2
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.926.612	4.106.380	4.162.206	4.172.660	4.807.644	4.805.255	4.518.951	4.640.790	4.944.623	4.702.164	4.860.323	10.121.894	59.769.502	-
Obrigações Patronais	684.144	942.129	817.234	845.415	942.091	1.026.629	763.964	1.098.641	926.402	931.287	928.633	2.027.965	11.934.534	2
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.972.680	4.136.342	4.081.522	4.095.454	4.167.180	4.227.034	4.383.413	4.406.653	4.356.156	4.332.700	4.381.549	6.510.173	53.050.855	29.858
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.191.404	3.392.078	3.295.115	3.322.325	3.392.076	3.437.365	3.595.789	3.619.138	3.535.198	3.545.880	3.586.586	5.329.683	43.242.638	29.858
Pensões	781.276	744.264	786.406	773.128	775.103	789.669	787.624	787.515	820.958	786.820	794.962	1.180.490	9.808.217	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.038.024	1.162.716	1.195.364	1.152.106	1.161.469	1.223.873	1.173.495	1.284.186	1.286.372	1.241.986	1.151.733	1.956.447	15.027.773	29.858
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	4.603	13.343	9.455	8.888	5.795	11.660	10.324	6.870	4.241	5.307	5.449	32.583	118.518	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	33.667	36.451	85.311	54.186	49.461	45.793	61.742	36.255	42.627	45.326	23.663	12.705	527.188	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	937.987	1.003.540	1.004.373	959.380	996.821	1.070.323	1.024.054	1.141.868	1.093.193	1.067.067	1.024.738	1.610.577	12.933.920	29.858
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	1.856	2.002	2.259	4.025	4.256	3.310	4.228	2.175	3.317	1.517	3.476	15.618	48.038	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	59.910	107.380	93.967	125.627	105.136	92.787	73.147	97.018	142.993	122.770	94.408	284.965	1.400.109	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.545.413	8.022.134	7.865.599	7.961.421	8.755.446	8.835.044	8.492.833	8.861.899	8.940.809	8.724.164	9.018.771	16.703.585	109.727.118	2

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	266.221.395	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	200.161	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	259.871	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0	
= RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	265.761.363	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	109.727.120	41,29
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	130.223.068	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	123.711.914	46,55
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	117.200.761	44,10

Fonte: Siafem/SP - STE/DGC - 13/04/2026
República DOE em 15/04/2026

Notas:

- 1) Para fins de apuração do índice de gasto com pessoal, estão sendo consideradas as despesas liquidadas e as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas, em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 14a. ed da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 2) **Inativos e Pensionistas de Outros Poderes/Órgãos Autônomos - Valor total de R\$ 7.714.222 mil:** Não incluídas no índice de Despesa com Pessoal deste demonstrativo, excetuadas as despesas relativas à Defensoria Pública. Tratam-se de despesas executadas pela SPPREV, entidade integrante da Administração Pública estadual vinculada ao Poder Executivo, razão pela qual são registradas contabilmente como executadas por este Poder, devendo, portanto, ser deduzidas da apuração do índice de gasto com pessoal do Executivo e computadas nos demonstrativos dos respectivos Poderes/Órgãos Autônomos aos quais pertencem.
- 3) **Contribuição para o PASEP incidente sobre a folha de pessoal - Valor total de R\$ 14.786 mil:** Em cumprimento às recomendações do Parecer Prévio do TCE/SP sobre as Contas do Governador do exercício de 2016, as despesas executadas no GND 3 - Outras Despesas Correntes, relativas à contribuição para formação do PASEP, bem como relativas a parcelamentos desta contribuição, quando incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal (como ocorre no caso das Fundações Públicas no Estado de São Paulo), são consideradas despesas com pessoal e foram incluídas na linha "Obrigações Patronais", por corresponderem, em sua essência, a encargos patronais sobre a folha. A partir do exercício de 2026, tais despesas serão reclassificadas para a ND 31.90.13 - Obrigações Patronais, conforme orientação do Manual Técnico de Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal - SOF.
- 4) **Gastos de pessoal das Organizações Sociais:** Não integram os limites de despesa com pessoal previstos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em razão do Decreto Legislativo nº 79, de 30 de junho de 2022, que sustou os efeitos da Portaria STN/ME nº 377, de 2020. Ademais, conforme conclusão do Parecer SEI nº 3974/2024/MF, o disposto no § 1º do art. 18 da referida Lei não se aplica às parcerias com entidades do terceiro setor que exercem atividades de interesse público, salvo quando constatada fraude ou desvio de finalidade mediante simulação.
- 5) **Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários - Valor total de R\$ 236.425 mil:** A partir desta publicação referente ao 3º Quadrimestre de 2025, os valores executados na ND 339086 - Compensação Financeira entre Regimes estão incluídos na linha "Aposentadorias, Reservas e Reformas", por se assemelharem a pagamentos de aposentadorias e pensões, conforme orientações do MDF - 14ª ed., que consolida atualização de entendimento do MCASP - 10ª ed., decorrente de debate na 34ª CTCINF. A partir de 2026, a despesa será reclassificada para a ND 319086. Estas despesas são deduzidas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados das Despesas Não Computadas".
- 6) **Outras Deduções Constitucionais ou Legais:** A partir desta publicação, referente ao 3º Quadrimestre de 2025, as deduções que constaram na Despesa Bruta com Pessoal (itens I a, I b, I c e I d das notas das publicações anteriores) foram reclassificadas para a linha "Outras Deduções Constitucionais ou Legais" das Despesas Não Computadas, com a finalidade de aumentar a convergência deste demonstrativo às regras de impenamento do MDF/STN14a ed. Compreendem situações não contempladas em linha específica de despesas não computadas, reconhecidas para fins de adequada apuração do gasto efetivo com pessoal, assim detalhadas:
- a) **Despesas intraorçamentárias - Valor total de R\$ 1.270.840 mil:** valores excluídos conforme o art. 50, § 2º, da LRF, que atribui à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a competência para editar normas de consolidação das contas públicas. O MDF (14ª ed.) e o MCASP (11ª ed.) esclarecem que a modalidade de aplicação 91 - Intraorçamentária, instituída pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, alterada pela Portaria STN nº 688/2005, tem por finalidade identificar e possibilitar a eliminação da duplicidade decorrente de operações entre órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social na consolidação dos demonstrativos.
- b) **Parcelamentos (PASEP e Contribuições Previdenciárias) - Valor total de R\$ 56.672 mil:** em consonância com o art. 19 da LRF, que admite a dedução de despesas da competência de período anterior ao da apuração, o MDF (14ª ed.) estabelece que os parcelamentos de contribuições, devidamente registrados na contabilidade quando da ocorrência do fato gerador, independentemente de pagamento, e já considerados anteriormente no cálculo da despesa com pessoal, não poderão ser computados.
- c) **Reembolsos de salários de servidores cedidos aos Municípios - Valor total de R\$ 72.598 mil:** referem-se a despesas de pessoal executadas pelo Estado e, portanto, inicialmente computadas no índice de gasto com pessoal do período, mas posteriormente reembolsadas pelo ente da Federação em que o servidor se encontra em exercício, nos termos de lei ou instrumento formal específico, não representando ônus financeiro definitivo para o Estado e sendo deduzidas exclusivamente para fins de apuração do gasto efetivo na verificação do limite da despesa com pessoal.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO - 3º QUADRIMESTRE DE 2025

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	372.192.973	380.851.632	384.243.055	382.603.719
Divida Mobiliária	153.501	0	0	0
Divida Contratual	340.940.291	342.876.263	346.979.665	354.589.729
Empréstimos	52.119.265	49.768.724	47.977.781	47.569.578
Internos	20.142.089	20.727.774	20.393.768	20.116.248
Externos	31.977.177	29.040.950	27.584.013	27.453.330
Reestruturação da Divida de Estados e Municípios	288.594.421	292.925.474	298.834.427	306.855.324
Financiamentos	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0
Parcelamento e Renegociação de dívidas	226.606	182.066	167.457	164.827
De tributos	570	570	570	338
De Contribuições Previdenciárias	226.035	181.495	166.887	164.489
De Demais Contribuições Sociais	0	0	0	0
Do FGTS	0	0	0	0
Com Instituição Não Financeira	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	0	0	0	0
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não pagos	30.657.715	37.960.957	37.248.979	27.984.109
Outras Dívidas	441.466	14.411	14.411	29.881
DEDUÇÕES (II)	54.537.396	73.917.675	69.450.250	52.132.418
Disponibilidade de Caixa	44.358.187	63.623.514	56.974.917	47.983.977
Disponibilidade de Caixa Bruta	83.648.144	88.139.212	80.633.905	72.573.039
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	19.387.266	4.809.845	2.700.750	19.219.640
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	19.902.691	19.705.853	20.958.238	5.369.423
Demais Haveres Financeiros	10.179.209	10.294.162	12.475.333	4.148.441
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	317.655.577	306.933.957	314.792.805	330.471.301
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	251.366.971	257.414.247	259.546.971	266.221.395
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	354.996	335.849	121.605	200.161
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	251.011.975	257.078.398	259.425.365	266.021.234
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	148,28	148,15	148,11	143,82%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	126,55	119,39	121,34	124,23%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	502.023.950	514.156.796	518.850.731	452.042.468
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	452.460.547	463.345.645	467.184.547	407.198.512

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	117.564	70.991	73.481	73.484
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)2	1.801.239	2.727.162	2.512.074	2.512.074
PASSIVO ATUARIAL	840.676.111	840.676.111	840.676.111	731.008.203
RP NÃO-PROCESSADOS	10.064.490	11.307.542	11.307.542	11.307.542
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0	0	0	0
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	13.937.777	13.937.777	11.173.804	14.336.851
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	23.600.353	14.816.332	15.246.143	6.318.283

Fonte: Siafem/SP - STE/DGC - 13/04/2026

Repblicado DOE 15/04/2026

Notas.

- Restos a Pagar excluída a parcela intraorçamentária.
- Precatórios correspondentes à SPPREV, não inseridos na Dívida Consolidada. Por orientação do MDF 14º ed que orienta a apresentação do demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida sem os valores relativos ao RPPS.
- Dívida mobiliária referente a emissão de debêntures pelo Metrô, escrituradas em 2022, que foram consideradas em 2024 em razão da empresa ter configurado como estatal dependente. A partir de 2025, a empresa deixou de ser dependente não constando mais saldos de dívida mobiliária.
- Segundo alteração de critério promovido pela STN em 08/01/2026 no mapeamento de demonstrativos do MDF 14º ed, válida para o demonstrativo do 3º quadrimestre de 2025, a conta Conta Especial - Precatórios (1.1.3.5.1.08) teve sua apresentação reclassificada da linha "Demais Haveres Financeiros" para a linha "Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) vencidos e não pagos", para refletir o impacto no cálculo da dívida consolidada bruta, para fins de atender ao § 30 do art. 100 da Constituição Federal, incluído pela EC nº 136/2025.
- Os saldos relativos a valores classificados como restituíveis, especialmente aqueles relacionados a depósitos judiciais, foram objeto de reavaliação, com o objetivo de assegurar aderência ao tratamento contábil previsto na IPC 15, considerando a correta distinção entre valores mantidos em custódia e obrigações efetivas do ente.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO - 3o. QUADRIMESTRE DE 2025

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
AOS MUNICÍPIOS (II)	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	5.329.169	5.135.520	4.895.566	5.161.276
Em Operações de Crédito Externas	5.329.169	5.135.520	4.895.566	5.161.276
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0	0	0	0
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	5.329.169	5.135.520	4.895.566	5.161.276
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	251.366.971	257.414.247	259.546.971	266.221.395
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	354.996	335.849	121.605	200.161
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	251.011.975	257.078.398	259.425.365	266.021.234
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	2,12	2,00	1,89	1,94
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 32%	80.323.832	82.265.087	83.016.117	85.126.795
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	72.291.449	74.038.579	74.714.505	76.614.115

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0	0	0	0
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0	0	0	0
DOS MUNICÍPIOS (X)	0	0	0	0
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0	0	0	0
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0	0	0	0
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0	0	0	0
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0	0	0	0
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Fonte: Siafem/SP – STE/DGC - 13/04/2026.

Republicado DOE 15/04/2026

Nota: O total das garantias concedidas se refere às garantias de adimplência de obrigações financeiras assumidas pela SABESP com organismos internacionais e estão detalhadas no Cadastro da Dívida Pública – CDP, no SADIPEM. A Sabesp foi desestatizada em 2024, todavia por acordo de privatização o Estado manteve essa garantia.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025 - 3o. QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Valores em Milhares (R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0	0
Interna	0	0
Externa	0	0
Contratual	531.671	3.181.597
Interna	214.681	2.074.977
Empréstimos	214.681	2.074.977
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0	0
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (I)	0	0
Externa	316.990	1.106.619
Empréstimos	316.990	1.059.766
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0	0
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (II)	0	46.854
TOTAL (III)	531.671	3.181.597

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	266.221.395	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	200.161	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	266.021.234	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	3.134.743	1.18%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	42.563.397	16.00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	38.307.058	14.40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.621.486	7.00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0	0
Tributos	0	0
Contribuições Previdenciárias	0	0
FGTS	0	0
Demais Contribuições Sociais	0	0
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0	0

Fonte: SIAFEM/SP, Sigeo-SP - 13/04/2026.

Republicado DOE 15/04/2026

Notas:

1) Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2025

Valores em Milhares (R\$)										
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE E DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a)-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
01.0.TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	30.181.160	1.172.089	12.913.042	667.731	2.409.573	0	13.018.724	7.618.773	0	5.399.951
01.1.Recurso Não Vinculados de Impostos	21.997.600	1.129.451	12.008.540	601.709	1.564.513	0	6.693.386	6.723.248	0	-29.862
01.2.Outros Recursos Não Vinculados	8.183.560	42.639	904.502	66.022	845.059	0	6.325.338	895.526	0	5.429.812
02.0.TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	27.398.074	752.534	4.147.394	308.852	2.085.430	0	20.103.865	2.581.535	0	17.522.331
03.0.Recurso Vinculados à Educação	3.688.559	14.253	1.637.273	141.791	110.870	0	1.784.372	537.038	0	1.247.335
03.1.Transferência do FUNDEB	2.515.282	1.008	1.589.063	12.778	105.460	0	806.973	330.279	0	476.694
03.2.Outros Recursos Vinculados à Educação	1.173.277	13.245	48.210	129.013	5.410	0	977.400	206.759	0	770.640
04.0.Recurso Vinculados à Saúde	5.384.127	673.450	699.993	159.082	14.699	0	3.836.903	762.109	0	3.074.794
04.1.Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS	365.544	119	120.868	23.056	298	0	221.203	7.227	0	213.976
04.2.Outros Recursos Vinculados à Saúde	5.018.583	673.331	579.124	136.027	14.401	0	3.615.700	754.882	0	2.860.818
05.0.Recurso Vinculados à Assistência Social	566.654	2.988	23.678	2.880	89	0	537.017	81.460	0	455.557
06.0.Recurso Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0	0	171.768	0	0	0	-171.768	0	0	-171.768
07.0.Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	1.711.349	44.213	311.581	1	7.512	0	1.348.041	199.100	0	1.148.942
07.1.Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	1.337.624	15.626	60.614	1	7.510	0	1.253.874	178.567	0	1.075.306
07.2.Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	373.724	28.587	250.968	0	2	0	94.168	20.532	0	73.635
08.0.Demais Vinculações Legais	13.264.028	17.630	1.212.154	5.098	45.809	0	11.983.339	994.218	0	10.989.120
08.1.Recurso de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à	751.602	1.328	107.000	0	2.374	0	640.899	74.760	0	566.139
08.2.Recurso de Alienação de Bens/Ativos	6.466.821	15.218	632.196	3.641	1.515	0	5.814.252	231.946	0	5.582.306
08.3.Recurso Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	3.951.148	976	110.423	1.457	12.726	0	3.825.566	331.297	0	3.494.269
08.4.Outras Vinculações Legais	2.094.457	108	362.535	0	29.193	0	1.702.621	356.215	0	1.346.407
09.0.Recurso Extraordinários	1.991.151	0	0	0	1.906.360	0	84.791	0	0	84.791
10.0.Outras Vinculações	792.207	0	90.947	0	91	0	701.169	7.610	0	693.560
11.0.TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	209.494	0	1.362.161	0	945	0	-1.153.612	53.118	0	-1.206.730
11.1.Recurso Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11.2.Recurso Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	67.589	0	1.350.092	0	0	0	-1.282.503	29.858	0	-1.312.360
11.3.Recurso Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	141.905	0	12.069	0	945	0	128.891	23.261	0	105.630
12.0.TOTAL (IV) = (I + II + III)	57.788.728	1.924.623	18.422.598	976.583	4.495.948	0	31.968.977	10.253.427	0	21.715.551

Fonte: Siafem/SP – STE/DGC - 13/04/2026

Republicado DOE 15/04/2026

1) A disponibilidade de caixa negativa é ocasionada pelos reflexos de despesas de restos a pagar com pessoal do mês de dezembro que são repassadas pelo Tesouro do Estado somente quando do seu efetivo pagamento;

2) Não estão incluídos os valores relativos a empresas de economia mista não dependentes e à Defensoria Pública.

3) Não estão incluídos os valores referentes à inscrição em restos a pagar de despesas com precatórios cuja disponibilidade financeira já tenha sido repassada ao Tribunal de Justiça de São Paulo para a efetivação do pagamento, inexistindo, portanto, disponibilidade de caixa associada a essas despesas no âmbito do Poder Executivo. Esses recursos, ao serem recebidos pelo Tribunal de Justiça, são registrados com contrapartida em contas de obrigações no Passivo, de modo que a permanência dos respectivos restos a pagar nas demonstrações do Executivo, além de não refletir a real disponibilidade financeira deste Poder, ocasionaria duplicidade de obrigações financeiras na Consolidação das demonstrações contábeis do Estado. Por esse motivo, tais valores necessitam ser expurgados.

4) Os saldos das contas 2.1.8.8 e 2.2.8.8, relativos a valores restituíveis e anteriormente classificados como Demais Obrigações Financeiras, foram verificados à luz do conceito de retenções e consignações definido na IPC 11, em decorrência da alteração do mapeamento dos demonstrativos do MDF/STN, promovida em 30/12/2025. A análise demonstrou que parcela desses saldos não se enquadra nesse conceito, demandando a reclassificação e o desconhecimento de valores associados à apropriação de depósitos judiciais, em conformidade com as diretrizes da IPC 15.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO - 3º QUADRIMESTRE DE 2025

LRF, art. 48 - Anexo 6

Valores em milhares (R\$)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	266.221.395
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	266.021.234
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	265.761.363

DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	109.727.120	41,29
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	130.223.068	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	123.711.914	46,55
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	117.200.761	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	ATÉ O QUADRIMESTRE	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	330.471.301	124,23
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	452.042.468	200,00

GARANTIAS DE VALORES	ATÉ O QUADRIMESTRE	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	5.161.276	1,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	85.126.795	32,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	3.134.743	1,18
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	42.563.397	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	18.623.060	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	10.253.427	21.715.551

Fonte: Siafem/SP - STE/DGC - 14/04/2026

Republicado DOE 15/04/2026